

Para que serve um drone? Dicotomias do mercado de defesa e segurança no Brasil

A indústria de defesa do Brasil vê as feiras de tecnologias de defesa e segurança como uma grande oportunidade de negócios. Nelas, empresas públicas e privadas podem mostrar seus produtos - que vão de armamentos, ferramentas de vigilância, veículos terrestres, aéreos e náuticos, até vestuário - para uma ampla audiência, ao lado das gigantes globais do setor. Parte do apoio que as empresas dão para a realização desses eventos se justifica no fato de que estes seriam um grande canal de divulgação, pelo qual conseguem atingir clientes que até então não estavam completamente mapeados. Essas feiras são espaços onde as trocas comerciais cumprem diversas funções. Ali, arranjos sócio-técnicos contribuem para a constituição de relações estruturantes entre os diversos atores que compõem o sistema de defesa e segurança. O presente ensaio tem por objetivo demonstrar essa característica do mercado de defesa e segurança, a partir da observação de um objeto específico: as aeronaves remotamente pilotadas (ARPs), popularmente conhecidas como drones. Baseando-me na observação participante realizada durante a *Latin America Aerospace and Defence Conference and Exhibition (LAAD)*, de 2017, busco explicar como a economia em torno das ARPs é fundamental para manter a dinâmica das diversas dicotomias que estruturam esse mercado: a divisão entre indústria nacional e estrangeira, entre setor público e privado, entre esfera civil e esfera militar e, finalmente, entre os próprios campos da defesa e da segurança. A escolha em demonstrar essa dinâmica do mercado a partir das ARPs é particularmente pertinente pois, tal como explicitarei neste trabalho, trata-se de um objeto que dilui as fronteiras e divisões mencionadas, mas que ao mesmo tempo mantém a lógica da estrutura dual que organiza os conceitos em questão.

Em abril de 2017, eu participei como visitante da 11ª edição da *Latin American Aerospace and Defence - Defence and Security (LAAD)*, no Rio de Janeiro. Realizada bianualmente desde 1997, o evento é, segundo seus organizadores, “a mais importante feira de defesa e segurança da América Latina”, de acordo com seus organizadores. Ali, caminhando em meio a um público composto majoritariamente por militares e agentes de forças policiais, entre estandes de empresas nacionais e internacionais do setor, me deparei com o estande da FT Sistemas.

Sediada no parque tecnológico da Força Aérea Brasileira (FAB), em São José dos Campos e fundada em 2005 por Nei Brasil, piloto, cientista aeronáutico e engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a empresa surgiu com o intuito de desenvolver veículos aéreos não-tripulados táticos leves, voltados para o mercado civil e militar. Um ano após sua criação, a FT Sistemas já havia conseguido seu primeiro contrato com a Força Aérea Brasileira (FAB), desenvolvendo o que viria a ser o Projeto-VANT. Em 2007, participaria da LAAD pela primeira vez, estando em todas as edições da feira até então.

O estande da FT Sistemas chamava a atenção pelo fato de ter um grande objeto, de quase três metros de comprimento, coberto por um pano azul. Dois arames conectavam o tecido à duas roldanas, localizadas na parte superior da estrutura do estande. Perguntei a um dos atendentes da empresa a respeito do que estava debaixo do pano e fui informado que, às 16h daquele dia, haveria o lançamento da mais nova aeronave remotamente pilotada (ARP) da FT Sistemas, o FT-200 FH.

Optei por aguardar o lançamento e observar o estande. Com exceção da ARP oculta, a FT Sistemas não trouxe muito para a feira. O estande estava vazio. Havia apenas uma sala de apoio, algumas mesas de vidro onde os dois atendentes conversavam entre si, e um telão que apresentava vídeos com as ARPs da empresa.

Conforme o horário programado para o lançamento se aproximava, uma pequena multidão se aglomerava no estande. Civis e militares das três Forças Singulares começavam a fazer um semicírculo em torno da ARP coberta, enquanto funcionários da FT Sistemas iam de um lado ao outro, organizando o evento. Após alguns minutos de atraso, Nei Brasil, apresentando-se como CEO da FT Sistemas, vai ao centro do estande e pega um microfone. Com um nervosismo expresso no tom de voz, Nei agradece a presença de todos, em especial aqueles que chama de seus “principais clientes”: as Forças Armadas. Em seguida, antes mesmo de revelar a ARP, começa a apresentar algumas das especificações técnicas do dispositivo, afirmando que ele foi desenvolvido para atender uma série de necessidades militares, mas que também atende requisitos dos setores de agricultura e manutenção de infraestrutura. Nas palavras de Nei Brasil, o FT-200 FH é um “*game changer*”. Em seguida, ele convida ao centro do estande os dois oficiais “mais antigos” entre os presentes: o então Tenente-Brigadeiro do Ar Paulo João Cury, Comandante-Geral de Apoio da FAB, e o Contra-Almirante Claudio Henrique Mello de Almeida, Diretor de Aeronáutica da Marinha do Brasil (MB).

Os dois oficiais-generais são os convidados de honra que revelarão a ARP ao público. Enquanto uma música instrumental dramática tocava nos alto-falantes, os convidados começam a içar o tecido, finalmente mostrando o FT-200 FH para todos os presentes. Trata-se de um helicóptero remotamente pilotado, com motores contra-rotativos e pintura camuflada em tons urbanos (preto e três tonalidades diferentes de cinza). Duas luzes de voo estavam ligadas - uma vermelha e outra verde.

As pessoas aplaudem a revelação da ARP, enquanto Nei Brasil continua a falar no microfone, dando mais detalhes sobre suas especificações. A cerimônia prossegue, com vinho espumante sendo servido a todos os presentes que estavam mais próximos e um brinde entre a FT Sistemas e os convidados de honra. Um oficial-general do Exército também é convidado ao centro do estande. Trata-se, enfim, de um brinde entre a empresa e as Forças Armadas. Neste momento, a música dramática deu lugar à bossa-nova, transformando o lançamento em um coquetel. O público vai se aproximando e conversando entre si e com os funcionários da FT Sistemas, enquanto outros chegam mais perto da ARP, sendo encorajados a tocá-lo e mover suas hélices manualmente.

O lançamento e o coquetel duram cerca de 20 minutos. Me retiro para voltar a circular nos pavilhões da LAAD, refletindo sobre o que havia acabado de presenciar. Aquela breve cerimônia era muito reveladora, colocando em um único ritual várias das características que eu viria observar ao longo da minha pesquisa de campo. Ali estiveram representadas as principais relações que estruturam não só a emergente indústria de ARPs do Brasil, mas toda a base industrial de defesa. A LAAD, assim como todas as feiras de defesa e segurança que visitei durante minha pesquisa, eram locais privilegiados para observar esses aspectos.

Neste breve ensaio, mostro como as aeronaves remotamente pilotadas em circulação na mais importante feira de defesa e segurança da América Latina nos ajudam a refletir sobre um dos papéis que os objetos podem exercer nesse mercado. Para além do cumprimento das funções inscritas em seu programa (AKRICH, 1993) e da circulação de valores presente em trocas comerciais, a circulação de dispositivos como as ARPs também têm o papel de reforçar as estruturas que dão forma às relações entre os diferentes atores que compõem esse mercado.

O ensaio é parte integrante da minha pesquisa de tese de doutorado, atualmente em fase de conclusão no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Na tese, busco observar a introdução e circulação das ARPs nas Forças Armadas do Brasil, compreendendo esses objetos como atores capazes de articular e estabelecer relações com indivíduos, instituições e mercados.

A primeira edição da LAAD foi realizada em 1997, sob o nome de Latin America Defentech (LAD). Desde o início, a feira acontece no mês de abril, na cidade do Rio de Janeiro, nos

pavilhões do Riocentro. Contando com a presença de 120 empresas, delegações de 12 países e patrocinado pelos ministérios militares, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelo Ministério das Relações Exteriores, o evento foi considerado um sucesso já naquele primeiro ano.

Em uma entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, o coordenador-executivo da LAD, o engenheiro-civil Mario Roberto Vaz Carneiro afirmou que a feira foi concebida após os organizadores identificarem que havia uma ausência de eventos desse porte para o setor, na América Latina. Veículos de imprensa nacionais e internacionais alegavam que os motivos por trás da escolha é que a região, até então considerada marginal, surgia como um mercado potencial para a indústria de defesa, que enfrentava um momento particularmente difícil para sua sustentabilidade financeira.

Com o fim da Guerra Fria, diante da ausência de um rival geopolítico que colocasse em risco a segurança nacional e os interesses dos Estados Unidos, o orçamento do governo norte-americano destinado à defesa e gastos militares havia sido drasticamente reduzido pelo governo Clinton, impactando a vitalidade do complexo militar-industrial daquele país. Entre 1987 e 1994, o orçamento do Departamento de Defesa reservado para desenvolvimento e aquisição de novos equipamentos caiu 55%. Os países do Oriente Médio, que até então figuravam como os compradores mais atraentes para a indústria de defesa, também perderam sua capacidade de aquisição com a queda nos preços do petróleo. Somando nesse cenário, havia ainda o colapso econômico na Ásia e a recessão na Europa. A América Latina despontava então como um mercado a ser explorado. A aposta na região foi tão grande que, poucos meses após a realização da LAD, a pressão da indústria de defesa dos EUA frente ao seu governo conseguiu suspender a proibição para comercializar armamento de alta tecnologia com os países latino-americanos, uma medida que havia sido instaurada em 1977.

A presença de gigantes internacionais do setor e o apoio das Forças Armadas brasileiras garantiram o sucesso das edições subsequentes do evento, que viria a acontecer bi-anualmente. Mesmo diante de uma fala de abertura não muito entusiasmada do Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel - que anunciou a ausência de planos para grandes compras no setor, por parte do governo - as empresas participantes tinham expectativas diferentes, apostando no que viam como uma obsolescência do material bélico das FFAA nacionais.

Foi somente em 2005, na sua 5ª edição, que a feira passou a se chamar LAAD, ao incorporar a indústria aeroespacial em seu portfólio, mediante uma demanda conjunta desta e do setor de

defesa. Como muitas empresas atuam em ambos os setores, seria mais econômico mobilizar recursos para uma única exibição, reunindo seus diferentes clientes em um só lugar. Assim, naquele ano, a LAAD foi transferida pela primeira e única vez para a Base Aérea do Galeão, vindo a regressar ao Riocentro na edição seguinte.

Uma outra importante mudança na organização e no cronograma da feira aconteceu em 2012, quando foi realizada a primeira edição da LAAD Security, voltada exclusivamente para os setores da segurança pública e corporativa. De porte mais reduzido e sempre organizada em anos pares, a LAAD Security buscou um público distinto, ainda que muitas das empresas e frequentadores fossem os mesmos das edições que incluíam o setor de defesa, e fez com que a LAAD se transformasse em um evento anual.

O foco no setor de segurança teve também um segundo motivo, ainda que não oficial. Quando o primeiro organizador da LAAD declarou, tal como mencionei acima, que o evento foi idealizado ao se identificar que havia uma ausência de eventos do tipo na região, ele não levou em consideração a *Feria Internacional del Aire y del Espacio* (FIDAE). Realizada bi-anualmente em Santiago do Chile desde 1980 - para celebrar os 50 anos da *Fuerza Aérea de Chile* - sempre em anos pares, a FIDAE é sem dúvida o único evento de porte comparável à LAAD na América Latina.

Apesar de não ter um um foco explícito no setor de defesa, a FIDAE atrai as mesmas empresas que costumam exibir seus produtos no Brasil, tendo em vista as sobreposições entre defesa e setor aeroespacial. Assim, ao aumentar a frequência de eventos para serem realizados anualmente, os responsáveis pela organização da LAAD optaram por reduzir a possibilidade de concorrência com a feira chilena, focando apenas no setor de segurança durante os anos pares.

A iniciativa, porém, não duraria muito tempo. A LAAD Security teve apenas três edições, sendo que a última delas, em 2016, foi realizada na cidade de São Paulo, para atender demandas o setor de segurança corporativa, cujo maior mercado brasileiro encontra-se no estado paulista. Após essa edição, a feira de segurança passou a acontecer bi-anualmente junto à LAAD Defense & Security, ainda que com um *branding* diferenciado dentro do próprio evento.

A escolha em começar meu campo visitando uma feira de tecnologias de defesa e segurança como a LAAD se deu por um motivo muito simples: eu pensava se tratar do único espaço imediatamente aberto para iniciar minha pesquisa. As inscrições eram livres para o público em geral e, caso feitas com antecedência, gratuitas. Diante da dificuldade em ingressar nos espaços

reservados aos militares e estabelecer contato com interlocutores privilegiados, a visita às feiras parecia ser um movimento ideal para compreender ao menos parte do circuito pelo qual as aeronaves remotamente pilotadas transitavam.

Sai da zona sul do Rio de Janeiro em direção ao Riocentro bem cedo, com a intenção de chegar na LAAD 2017 no momento da sua abertura, programada para as 10 horas da manhã. Para chegar mais rápido, optei por fazer esse caminho utilizando os serviços de um aplicativo de transporte particular. No meio de uma conversa desprezenciosa com o motorista, sou perguntado sobre o que estava indo fazer no Riocentro naquela manhã. Quando expliquei que ia visitar uma feira de produtos de defesa e segurança, o motorista ficou entusiasmado, me explicou que havia acabado de servir na FAB e que seu sonho profissional era trabalhar com esse tema. Ele ainda se considerava um militar e valorizava o trabalho das Forças Armadas.

A conversa seguiu nesse tema por todo o caminho e, ao chegar no destino, enquanto o motorista manobrava o carro para me deixar no ponto de desembarque, ele apontava empolgado para as pessoas fardadas que também se dirigiam ao local, me indicando suas patentes com base nas insígnias que ostentavam. Nos despedimos e desci do veículo, indo em direção à multidão que se aglomerava na fila de credenciamento do evento.

Hoje, quando relembro desse momento inicial da pesquisa de campo, não posso deixar de pensar que a coincidência em ser levado à LAAD por um militar da reserva foi simbólica. Como um guia na passagem entre mundos distintos, o motorista me levou na transição entre duas realidades. Essa sensação de transitar entre mundos não é apenas uma figura de linguagem, mas sim, como eu viria a perceber, o elemento de uma dinâmica constante e estruturante da função que as aeronaves remotamente pilotadas exercem no mercado de tecnologias de defesa e segurança.

Nas feiras, a ARP cumpre o importante papel de diluir fronteiras conceituais que, em princípio, podem parecer bem delimitadas. Trata-se de um objeto que borra a divisão entre os mundos civil e militar, entre a indústria nacional e estrangeira, entre setor público e setor privado e entre os campos da segurança e da defesa. Divisões estas que, por sua vez, são estruturantes para as feiras e, conseqüentemente, para as relações que dão forma ao mercado de defesa e segurança.

O mundo no qual esse mercado se insere é marcado por divisões e hierarquias. Os indivíduos que ali convivem precisam saber quais lugares ocupam e quais são seus papéis. As feiras, por sua

vez, vão reproduzir essa estrutura. Entrar em uma delas, tal como fiz, nos faz ser confrontados com essa realidade de modo imediato. Além das fardas, insígnias e bandeiras - que denotam a instituição, a posição na hierarquia e a nacionalidade de cada um - os participantes das feiras são marcados em seus crachás de identificação. Diferentes cores são atribuídas para visitantes, militares, imprensa, representantes das empresas e funcionários da produção do evento. Assim, ao ingressar naquele espaço, todos são automaticamente classificados em conformidade com a estrutura que organiza esse mundo.

Circular pela feira e observar como fui classificado fez com que eu percebesse que, apesar da facilidade para entrar ali, não seria simples estabelecer uma relação de confiança com aqueles atores. A todo momento em que eu buscava iniciar uma conversa e me apresentar, via os olhares dos meus interlocutores se dirigindo ao meu crachá para ver meu nome e, quase que simultaneamente, ler a palavra “pesquisador” e minha categoria de “visitante”. Isso me colocava, aos olhos deles, como um mero curioso, alguém que não pertencia àquele mundo. Porém, foi a partir desse lugar de estranhamento, no qual eu era aquele que não se encaixava, que pude ver as estruturas do mundo em que tentava compreender e do seu mercado.

A primeira e mais marcante delas é a dicotomia entre mundo civil e mundo militar. Esse último é habitado por indivíduos que se enxergam como parte de uma coletividade que se valoriza como tal. São regidos pelos valores da disciplina, pela ordem e pela hierarquia. São sérios, profissionais e competentes. Para eles, o mundo civil é o mundo do individualismo, da displicência, da desatenção e da desordem (CASTRO, 2004, p. 46). O trabalho dos militares tem por objeto a defesa nacional, compreendida por eles como a proteção de um bem coletivo.

Como segunda estrutura temos a dicotomia entre indústria nacional e estrangeira. A indústria nacional é aquela comprometida com o desenvolvimento do país, muitas vezes envolvida diretamente com projetos financiados pelo governo e, não raro, fundada por ex-militares. A indústria estrangeira, por sua vez, pode ser uma importante parceira no desenvolvimento nacional, principalmente por meio das transferências de tecnologia, mas visa o lucro e os interesses internacionais (DAGNINO, 2010).

Em terceiro lugar, há a dicotomia entre setor público e setor privado. Aqui, as diferenças são um pouco semelhantes às aquelas apresentadas entre indústria nacional e estrangeira, com a distinção de que o setor privado da indústria nacional de defesa e segurança.

Por fim, a quarta dicotomia estruturante é aquela entre defesa e segurança. A defesa nacional - e também a segurança nacional - está voltada para a proteção do Estado contra ameaças externas a ele, enquanto que a segurança - entendida nesse mundo como segurança pública - se direciona para a manutenção da ordem interna e a prevenção da violência urbana.

Evidentemente, os conceitos aqui apresentados na composição dessas dicotomias são muito mais complexos do que o exposto nesses curtos parágrafos, comportando nuances e contradições. No entanto, para os fins desse ensaio, eu os descrevo de modo simplificado para demonstrar os pilares do mercado de defesa e segurança tal como está presente no discurso público dos atores que conheci. Além disso, a real complexidade é perceptível quando observamos o modo em que objetos como as ARPs vão transitar entre as fronteiras construídas entre essas dicotomias. É sobre essa capacidade das ARPs que falarei adiante.

Durante uma parte considerável do meu campo, fui assombrado pela insistente constatação de que, em momento algum, eu tive a oportunidade de ver uma aeronave remotamente pilotada (ARP) em pleno voo. Eu me perguntava como seria possível concluir um trabalho centrado em um dispositivo aeronáutico sem sequer observá-lo fazendo um das suas funções primordiais: voar. Em certo momento, me deparei com um dos meus interlocutores afirmando categoricamente que as ARPs da Força Aérea não voavam, e que tudo o que eles haviam me dito era mentira.

A afirmação soava exagerada - e o interlocutor em questão tinha motivos particulares para fazê-la - mas o fato de que eu não tinha uma experiência de observação direta para contestá-lo me parecia uma forte evidência do problema que eu tinha diante de mim.

Foi somente após circular nas feiras de produtos de segurança e defesa, como a LAAD, onde pude observar centenas de ARPs - todas devidamente estáticas e em solo - que percebi que minha preocupação era infundada. De fato, eu encerrei meu período em campo sem vê-las alçar voo. Mas isso não significa que não as vi em ação.

Como qualquer arranjo sócio-técnico, a ARP tem muitas funções potenciais, na qual alçar voo é apenas uma delas. Na verdade, voar não é seu papel, mas uma condição para que exerça muitos

deles. Seja para vigiar, reconhecer, patrulhar ou até mesmo servir de alvo em treinos de artilharia, a ARP precisa estar no ar. Contudo, muitos outros papéis podem ser exercidos enquanto está em solo, desde que ocupe um lugar específico. E é nas feiras que esses papéis se evidenciam.

Da mesma forma, outro atributo dos arranjos sócio-técnicos são as relações que estabelecem ao longo de suas trajetórias. Assim, ao se relacionar com os diferentes atores que encontra em sua vida social, a ARP cumpre uma importante função.

A indústria de defesa do Brasil vê as feiras como uma grande oportunidade. Nelas, empresas públicas e privadas podem mostrar seus produtos para uma ampla audiência, ao lado das gigantes globais do setor. Parte do apoio que dão para a realização desses eventos se justifica no fato de que estes seriam um grande canal de divulgação, pelo qual conseguem atingir clientes que até então não estavam completamente mapeados. Contudo, a ideia do que vem a ser uma empresa nacional de defesa pode ser questionada a partir da observação nesses espaços.

Não é incomum que empresas estrangeiras façam parcerias ou mesmo adquiram ações das empresas nacionais, como estratégia para atuar no mercado brasileiro. O protecionismo que a legislação do Brasil impõe ao setor torna-se um incentivo para esse tipo de operação. Assim, no caso específico das ARPs, vemos grandes empresas fabricantes no país tornando-se subsidiárias de marcas tradicionais de Israel e dos Estados Unidos.

Outro aspecto dessa diluição entre nacional e estrangeiro pode ser observado no processo de produção dos dispositivos. Algumas ARPs são montadas e vendidas no Brasil, mas há a necessidade de aquisição de componentes que não são fabricados no país, fazendo com que a autonomia brasileira para a produção do equipamento seja reduzida.

A diluição entre o setor público e o setor privado é mais sutil, ainda que evidente. Tal como ocorre com a indústria de defesa brasileira como um todo, a indústria de ARPs voltadas para a segurança e defesa precisa vender para produzir. A entrada de um produto no mercado é muitas vezes precedida da aquisição de um lote por parte das Forças Armadas, ou incentivada através de projetos desenvolvidos em parceria. Assim, trata-se de uma indústria que depende do capital público para existir. Sem essa demanda interna, não há sequer pesquisa e desenvolvimento para as ARPs brasileiras. Trata-se, inclusive, de um fenômeno global, não exclusivo do mercado nacional. O setor de material de defesa e segurança precisa do orçamento público para existir. A

lógica é que os governos são seus maiores clientes, mas a sustentabilidade posterior viria dos compradores posteriores, sejam eles governos estrangeiros ou empresas privadas.

O que nos leva à terceira divisão que se dilui: aquela entre o emprego civil e o emprego militar desses produtos, expressa na muito utilizada categoria de “tecnologias de uso dual”. São produtos desenvolvidos para a defesa e adquiridos prioritariamente pelas Forças Armadas, mas cujo uso pode se estender e ser aproveitado por instituições civis. Os fabricantes constantemente classificam as ARPs como um equipamento de uso dual. Ferramentas de vigilância que têm sua origem no meio militar, mas totalmente aproveitáveis para uso civil, seja por órgãos de segurança pública, ou mesmo por outros setores como agrícola, construção e georreferenciamento.

É esse fenômeno do emprego de dispositivos de defesa pela segurança pública que sinaliza a última diluição conceitual: aquela entre defesa e segurança. A convergência entre questões envolvendo segurança interna e defesa nacional - ou segurança nacional - não é nova. A emergência de um discurso sobre novas ameaças, classificadas muitas vezes por “crimes transfronteiriços”, como crime organizado, contrabando, tráfico de drogas e terrorismo, não é algo novo e vem mobilizando governos e instituições. São fenômenos que apresentariam um novo desafio às ideias de soberania, identidade nacional e fronteiras. Tal como explica Bigo (2001, p. 91), esse discurso parte do princípio de que há uma mistura entre crime e guerra. Esta última deixa de ser travada entre Estados e passa a existir dentro dos mesmos, com cada vez menos motivações políticas. O crime, por sua vez, vai perdendo sua origem local e se torna organizado, politizado e transfronteiriço. Assim, o crime organizado se transforma em uma nova forma de guerra.

Evidentemente, esse novo cenário gera uma nova demanda para o velho mercado da defesa e da segurança. Há uma busca por dispositivos que forneçam as habilidades necessárias para lidar com as novas ameaças. A ARP é, por excelência, um desses novos dispositivos. Por um lado, elas são ferramentas que se inserem no já conhecido processo de militarização das forças policiais. Desenvolvidos originalmente para emprego militar, os drones passam a ser utilizados para atividades de inteligência da polícia. Por outro lado, eles também são objetos que fazem parte da transformação das forças armadas em instituições policiais, conforme vêm se interessando cada vez mais por assuntos que tradicionalmente pertenciam ao âmbito da segurança interna.

Demonstrar essas diluições de fronteiras conceituais não significa que quero trazer luz a fenômenos pouco observados ou não tão evidentes. Os atores envolvidos neste mercado têm noção das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas. Se este mercado se transformou dessa forma, é porque todos aqueles que ali atuam entendem a racionalidade subjacente.

O que penso ser mais interessante neste cenário é que as transformações e diluições entre os conceitos que operam em dualidade é um efeito das articulações entre os atores e seus discursos, e não uma condição que os justifique.

Especificamente sobre o tema da defesa e da segurança, Bigo (2001, p. 92) vai dizer que as mudanças nas funções das Forças Armadas e das polícias não aconteceram somente em razão de uma constatação empírica, que reconhece um novo mundo onde existem novas ameaças. Antes disso, a mudança é resultado da construção social do que vem a ser um problema de segurança interna ou externa. Essas instituições não são responsáveis tão somente por combater o crime ou inibir ameaças à segurança nacional, mas também têm o importante papel de definir o que é e o que deixa de ser uma ameaça. Nesse sentido, a ARP é uma ferramenta discursiva e material cujo papel é reforçar esses argumentos, construindo essa nova realidade.

Ao mesmo tempo, é importante que os conceitos não sejam totalmente diluídos a ponto de tornarem-se uma coisa só. É preciso que exista a defesa nacional e a segurança pública, ou interna. Sem eles, a organização estrutural que orienta a existência e posição dos diferentes atores envolvidos se perde. Tratam-se, de fato, de conceitos coerentes e bem definidos, mas que começam a perder sua consistência na medida em que nos aproximamos dos seus limites e fronteiras. Na verdade, é essa propriedade “quântica” dos conceitos tratados - pela qual eles são ao mesmo tempo concretos e diluídos, a depender de quem os observa - que os fazem tão valiosos para os atores que os empregam e se estruturam a partir deles.

Mitchell (1999, p. 169) observa um mecanismo semelhante ao analisar o que chama de “sistema-estado” e a “ideia-estado”. Enquanto a primeira expressão se refere ao Estado como um sistema de práticas institucionalizadas, a segunda se refere à reificação deste mesmo sistema, ainda que divorciada da prática. Na perspectiva “quântica” que mencionei acima, significaria dizer que o Estado enquanto ideia pode parecer extremamente concreto. Porém, enquanto sistema, pode possuir formas muito mais difusas.

De acordo com Mitchell (1999, p 179), o Estado passa a ser uma das formas de governo conceituadas por Foucault. Tratam-se do conjunto de instituições, estratégias e ações que

permitem o exercício de uma forma específica de poder, que tem por objeto principal a população. O Estado não teria a unidade e individualidade normalmente atribuídas a ele, sendo na verdade uma abstração. Essa, por sua vez, é empregada como técnica de governo.

As técnicas de governo não são exclusividade de uma única instituição, e são elas que estão em jogo quando os conceitos indústria nacional/estrangeira, setor público/privado, esfera civil/militar e segurança/defesa parecem concretos ou têm suas fronteiras diluídas. Sua densidade é um efeito da governamentalidade, e não uma condição.

Para que esse efeito de fato aconteça, é preciso que não se restrinja ao âmbito discursivo e tenha agentes materiais. E é aí que as aeronaves remotamente-pilotadas atuam. A ARP não é produto de uma empresa se diz nacional, mesmo quando subsidiária de uma empresa estrangeira, mas é parte de uma articulação que permite a existência estável dessa aparente contradição. Ao mesmo tempo, é a ARP que dá sentido ao capital público investido em uma empresa privada, e à ideia de uma “tecnologia de uso dual”, que cruza a fronteira entre as esferas civil e militar. Por fim, são as ARPs que produzem o efeito que diluí a divisão entre segurança pública e defesa nacional. São operações cujo efeito é a diluição das fronteiras e divisões, mas que mantêm a lógica da estrutura dual que organiza os conceitos em questão. Trata-se, enfim, de um importante papel exercido pelas ARPs, desempenhado com eficácia e sem necessariamente deixar o solo. Basta a expectativa de voar.

Referências:

AKRICH, Madeleine. Les objets techniques et leurs utilisateurs, de la conception à l'action. *In*: CONEIN, Bernard; DODIER, Nicolas; THÉVENOT, Laurent. *Les objets dans l'action*. Editions de l'EHESS, 1993, pp. 35-57.

BIGO, Didier. Security(s): Internal and External, the Möbius ribbon. *In*: ALBERT, Mathias; LAPID, Yosef; JACOBSON, David. *Identities, Borders, Orders*. University of Minnesota Press, 2001, pp. 91-116.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

DAGNINO, Renato. *A indústria de defesa no governo Lula*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. *In*: STEINMETZ, G. *State/Culture: State-Formation after the Cultural Turn*. NY and London: Cornell University Press, 1999, pp. 76-97.